

Pauta: Meio ambiente, saúde animal e mudanças climáticas

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h07min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

(Início da reunião sem gravação.) ...um problema de saúde, não foi liberado pelo médico para estar aqui. A proponente foi a Ver.^a Lourdes, o tema é: meio ambiente, saúde animal e mudanças climáticas.

Convido para compor a Mesa: a Dra. Denise, médica veterinária; a Rovana Reali Bortolini, diretora de políticas e projetos de sustentabilidade da SMAMUS; a Patrícia Witt, diretora da biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura – Sema; e o Dr. Silvio Luiz Doninelli. Pedimos a todos que fizerem o uso da palavra que se identifiquem com o seu nome e a entidade que representa. Também não puderam estar presentes, devido a um contratempo, a Gleide Marsicano, médica veterinária e professora da UFRGS, e a Mariângela Milhoranza, doutora e pós-doutora em direito ambiental e mestre em direito. Algum vereador ou vereadora gostaria de fazer uma fala inicial? (Pausa.) Não está presente ninguém da secretaria. A Sra. Denise Marques Garcia está com a palavra.

SRA. DENISE MARQUES GARCIA: Bom dia a todos; minha saudação aos vereadores e a esta comissão pela oportunidade de estar aqui com todos, com o público em geral. Eu sou médica veterinária, sou atual chefe da Vigilância Sanitária do Município de Porto Alegre – nós pertencemos à diretoria de Vigilância em Saúde. É muito bom nós termos sempre espaços para podermos debater e compartilhar tantos problemas, tantas situações que nós temos em torno dessa questão de meio ambiente, pensando numa saúde única – saúde humana, saúde animal. Então nós estamos sempre muito preocupados com toda essa temática. Aproveito o ensejo para agradecer o convite à Ver.^a Lourdes Sprenger.

Eu vou fazer uma explanação sobre a questão da vigilância, porque, por vezes, nós temos diversas demandas que são oriundas da Câmara de Vereadores, pedidos de orientações, algumas demandas; e, muitas vezes, nem sempre é

com a Vigilância Sanitária. Então eu vou repassar um pouquinho do nosso organograma; e, dentro disso, todas as diversidades que nós temos dentro da Vigilância em Saúde, dentro da diretoria de Vigilância em Saúde. Aqui então é todo nosso organograma. Quando eu recebi o convite referente a essa questão de meio ambiente, saúde e mudanças climáticas, temos, dentro da DVS, o CIEVS, que faz toda essa questão de monitoramento das situações, dos possíveis rumores, algumas situações que podem estar acontecendo, por exemplo, essa questão da influenza, que está tendo alguns casos na Região Sul do Estado. Inclusive a influenza, antes de se pensar em H1N1, antes de se pensar na pandemia do coronavírus, essa era uma possibilidade. Sempre existe essa questão de a gente trabalhar numa vigilância ativa, porque ocasionalmente essas doenças que são transmissíveis para o ser humano podem vir à tona. Então nós temos ali o nosso quadro. Uma coisa que é bem importante falar: a gente sempre pensa, até pela história do País, que tudo é vigilância sanitária, e na verdade não é, nós temos como se fosse uma cadeira assim, nós temos a vigilância sanitária, a vigilância epidemiológica, a vigilância ambiental, e a vigilância em saúde do trabalhador, então são essas quatro, e todas elas, com certeza, permeiam sobre esses assuntos que estão sendo abordados hoje na COSMAM. Então eu pertencço à Unidade de Vigilância Sanitária, onde nós temos a nossa Equipe de Vigilância de Alimentos, Equipe de Vigilância de Produtos e Serviços – a gente até se coloca à disposição para uma futura temática mais específica –, e na Vigilância Ambiental, esses assuntos mais de meio ambiente, pensando assim nessa situação que nós temos hoje em Porto Alegre, a questão da dengue, principalmente na Zona Leste, inclusive tive familiares que foram vítimas, então é assustador tudo que aconteceu, os quatro óbitos. É um vírus que é mais virulento do que em outros anos, então realmente o pessoal adoeceu muito com isso, e em pleno período de maio, pois se tivermos uma temperatura acima de 20 graus, o *Aedes aegypti* está ativo, e ele seguiu ativo, e aí com isso seguiu-se toda essa situação de casuística. Então, em Porto Alegre, nós temos essa situação da dengue, a situação da leishmaniose, doenças que antigamente a gente quase nem estudava na faculdade porque era uma doença lá do

nordeste, umas doenças tropicais, mas com todo esse clima maluco que a gente tem atualmente, todas essas oscilações, de fato os vetores acabam predominando, e é bem preocupante, continuamente nós temos que estar sempre atentos a tudo isso. E a vigilância epidemiológica também, nós temos uma equipe grande, fazemos a notificação dessas doenças que são compulsórias, no caso da dengue e tantas outras. Então a Diretoria de Vigilância em Saúde é um centro de informações, e a gente está à disposição, nós fazemos boletins informativos, mantendo a nossa comunidade atenta com essas informações, e sempre disponível. Essas são as atribuições, o que é o nosso conceito de vigilância sanitária, que são várias ações capazes de eliminar... Eliminar é quase impossível, dentro de toda uma conjuntura que nós temos, mas a gente tenta prevenir riscos, e nós trabalhamos com riscos à saúde. Então só para mostrar alguns trabalhos que a gente fez: este ano nós tivemos a força-tarefa dos estabelecimentos de educação infantil, que era uma demanda represada, e nós colocamos todas as nossas equipes da área de serviços para tentar suprir e dar conta de demandas que eram uma necessidade da gestão. São algumas ações que a gente faz, focadas nessa questão do risco. Nós temos hoje 48 servidores atuando. Essa é uma área que se volta muito para essa questão de alimentos, de prevenção, de produtos, certos serviços também, então a gente faz esse regramento conforme escopo da Anvisa e do próprio Ministério da Saúde. Aqui estão algumas atividades que a gente faz, e o nosso foco é educação em saúde, é vigilância em saúde. Então quando nós temos demandas, como por exemplo, a questão da dengue, ela exigiu o envolvimento de todas as vigilâncias, inclusive da Vigilância Sanitária também. Então nesse entorno a gente tem que dar um foco maior às comunidades, tentar sensibilizar, tentar fazer uma comunicação mais simples possível de convencimento. Nós fizemos recentemente um informativo para ser colocado junto aos postos de saúde, porque quando as pessoas estão com dengue, elas precisam estar ingerindo água constantemente, senão elas acabam desidratando. Então o tempo de espera para o atendimento já tem toda essa questão orientativa que é bem importante.

Pessoal, e atividades recentes. A gente está tendo – pena que a Lourdes não está aqui, eu coloquei vários animaizinhos ali, para repassar para ela –, a cidade é questão de meio ambiente, de saúde animal, tem também a saúde humana, tem que ter uma parceria entre todos, e cada vez mais a gente está tendo os espaços *pet friendly*, e possivelmente isso aí vai ser objeto de futuras regulamentações, que a gente venha a fazer, porque cada vez surge mais. Até surgiu um pedido de avaliação de uma legislação para que os animais possam adentrar nos hospitais. E aí a gente fez todo a nossa descrição. Nós somos super favoráveis, mas desde que atendam à própria regulamentação interna dentro de um hospital, a questão de controle de infecções. Existem alguns riscos a serem seguidos, mas são as tendências. Porto Alegre é muito *pet*, e aí dentro disso a gente tem que regradar de alguma forma que fique o mais adequado para todos. Isso a gente sempre pensa com o menor risco possível.

Os nossos desafios, enquanto Vigilância Sanitária, a primeira coisa, a gente se integra entre todas as demais vigilâncias. Nós somos uma vigilância em saúde, nós estamos atentos a todas as demandas, anseios da cidade e situações de risco que cada vez surgem mais relacionadas às arboviroses, por exemplo. A arbovirose e essa questão de uma doença que é transmitida por um vetor, que atualmente nós temos essa questão do *Aedes aegypti* aí que está bem predominante.

Enfim, são algumas situações que hoje eu não vou entrar no mérito, mas nós temos legislações constantes, novos desafios, lei da liberdade econômica, “n” situações que a gente tem que gradativamente e constantemente regradando, e dentro disso contribuir para a vigilância em saúde como um todo.

E aí seguem os nossos desafios. Uma questão que eu gosto muito é a Educação em Saúde, a gente poder estar para colaborar, para esclarecer. Nós tivemos, esse ano, por exemplo, a capacitação junto à Feira do Peixe, foi um dia que, casualmente as mariposas se expandiram ali nas ilhas – agora não lembro bem o nome das mariposas -, foi exatamente naquele dia que eu fui lá para fazer a palestra, e estavam até um pouco assustados, os pais se iriam ter problemas de alergia e outros. Mas não, conseguimos aliar, e são proliferações de insetos,

vetores que acontecem, e têm ocorrido com maior frequência, e nós estamos nesse desafio de cada vez mais trabalhar com situações de risco. A gente está tendo capacitações frequentes também e se a gente tiver que trabalhar em alguma situação que exija alguma emergência sanitária. Então isso é constante, infelizmente, é uma rotina frequente.

Pessoal, isso aqui era eu, então, no carnaval de Porto Alegre, eu consegui botar uma tiara escrito Vigilância, e é isso aí, a gente tem que botar o nosso bloco na rua, nós temos que estar em todas as áreas dentro do possível para gente dialogar, para gente alinhar. Vigilância Sanitária tem, claro, toda sua questão de regulamentação, mas nós estamos a inteira disposição para o diálogo, para o alinhamento. Eu estou há um ano e meio na diretoria de Vigilância em Saúde, antes eu fazia parte do Gabinete da Causa Animal e eu, enquanto médica-veterinária, fazia cirurgias, as castrações, atendimentos na USAV, e nós temos essas demandas frequentes. Nós estamos sempre tentando colaborar o máximo possível para nossa cidade, enquanto servidor, enquanto cidadã também, então é um desafio diário que nós temos. Eu deixo o meu contato e fico à disposição. Como foi meio que em cima do laço este convite, conforme a necessidade a gente pode trazer equipes específicas para gente falar especificamente, talvez, sobre a leishmaniose, sobre a dengue. Nós estamos com a equipe trabalhando com a dengue que também está montando um plano de ação climática, o clima está completamente relacionado com as nossas ações, os nossos encaminhamentos. A questão da dengue mesmo, no inverno a gente tem que trabalhar para minimizar todos esses casos que aconteceram na região leste de Porto Alegre. Muito obrigada, me coloco à disposição.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado Dra. Denise. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todos; bom dia Dra. Denise. Na verdade, quando a senhora fala em dengue, me vem, porque eu tenho o projeto de lei que permite que os agentes de endemias entrem nos

espaços públicos ou privados para fazer a limpeza. Nós tivemos muito tempo de discussão com relação a isso em função de que precisava se criar um decreto que regulamentasse essa entrada, porque antigamente era só de forma judicial que isso acontecia. Ficaram muitos meses se fazendo a questão do decreto, hoje já existe esse decreto mas a gente ainda não veio isso como pontual, ainda temos problemas com relação a isso. Eu tenho três pedidos pelo gabinete de entrada em espaços privados para limpeza de piscinas, inclusive um caso, ao lado da residência, de cinco pessoas estarem infectadas com a dengue em função deste fato, desta limpeza que acabou não acontecendo. Eu queria que a senhora trouxesse, a senhora que está trabalhando diretamente lá dentro e tem este decreto em mãos, de como está sendo feita essa construção para que a gente possa atender esses pedidos. Eu tenho entrado em contato com a Vigilância e a Vigilância diz que notificou mais de uma vez, mas o projeto era para que este proprietário fosse notificado, em 10 dias não atendendo, fosse notificado pela segunda vez e a partir daí pudesse ser feito a entrada dos agentes, junto com a Guarda Municipal, que fizesse também o fechamento daquele local. Tem todo um trâmite e eu queria saber como é que isso está acontecendo para poder resolver esses problemas, porque a gente tem casos de pessoas infectadas em função disso. Eu queria que a senhora nos passasse essa informação também.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Registro a presença da Ver.^a Mônica Leal, que faz parte da nossa comissão, só está faltando a proponente, Ver.^a Lourdes Sprenger, que não pode estar presente por motivo de saúde.

SRA. DENISE MARQUES GARCIA: Vereadora, esta é uma preocupação constante que eu tenho, da mesma forma que tem na vigilância sanitária específica, os nossos autos de infração e encaminhamentos devem ser mais efetivos, da mesma forma que as notificações também. Em parte, eu acho que nós temos que melhorar e a gente poderia acolher todas essas demandas para sermos mais efetivos. Teve um caso também que, em um depósito grande, o

pessoal foi notificado, eles fizeram uma remoção parcial, mas segue, e no entorno, de fato, várias pessoas foram infectadas e possivelmente ali foi o foco. Então isso é um desafio nosso, o inverno é estratégico para que a gente minimize esses focos que nós temos na Zona Leste. A nossa casuística, nós temos mais ou menos umas cinco mil notificações que não foram passadas para o sistema ainda. Isso aí a gente pode deixar para outra oportunidade, mostrar todo o gráfico desse aumento constante de casos, tivemos quatro óbitos. Isso é bastante preocupante. E o que a gente percebe? Eu não fiz parte diretamente do GT dessa questão do controle da dengue, mas nós precisamos de um trabalho intersetorial, intersecretarias e interinstitucional para que a gente possa mobilizar a comunidade para que constantemente busque aquele foco que normalmente está dentro do pátio. Então isso tem que ser constante e, de fato, a própria notificação e atos devem ser mais firmes mesmo, para que não tenha essa frequência. E aí, quando a gente vê, daqui a pouco, no ano que vem, vão ter mais casos ainda. Então temos que ser, sim, mais efetivos. Com certeza, fazer cumprir. E normalmente são reincidentes as notificações. A equipe poderia estar indo em outro local e vai naquele mesmo reincidente que não resolve a situação. Sem dúvida, nós temos que ser mais efetivos.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadoras, vereadores, cidadãos convidados para essa reunião e parabênizo a Ver.^a Lourdes, embora não presente, sobre o tema que está levantando hoje. Aproveitando aqui o gancho, Dra. Denise, eu sei que são muitos os casos que tu levantaste de preocupação e tal, estás na coordenação da Vigilância Sanitária e, queria ou não, a fiscalização e a operacionalização para o combate da dengue, tuberculose e tal também passam pela Vigilância Sanitária. Eu poderia fazer uma crítica muito pontual ao atual governo, quando ele terceiriza a Atenção Básica, reduz os servidores e precariza o combate à dengue com os agentes de endemias porque hoje, infelizmente, tem um agente por equipe da Estratégia de Saúde da Família, tem um em cada unidade de saúde. Percebe-se que em função disso não há como combater o mosquito da dengue. Porto Alegre não

tem 300 servidores, aliás tem cento e poucos servidores e a capital que menos tem mosquito da dengue tem 300 e poucos servidores de combate a endemias. Qual é a sua opinião em relação a isso? Eu sei que parte dela a senhora acabou de falar agora aqui e tem a concordância da Comissão de Saúde, mas nós vamos todo dia, por exemplo, hoje, 3.901 casos notificados da Vigilância Epidemiológica na Secretaria Municipal de Saúde, os quais 3.647, 30 pessoas residentes na capital. Inclusive tem aqui, não sei se está atualizado, 3 mortes por mosquito da dengue. A gente não ouvia falar nisso. O que está sendo feito em Porto Alegre? O que a Câmara, afinal de contas, pode fazer? Nós aqui temos a atribuição de fiscalizar, mas só a ideia de fiscalizar, gritar, falar não resolvem. Onde está o problema? Que campanhas devem ser feitas? Em que época devem ser feitas? Tu falaste na temperatura acima de 20 graus, mas nós estamos no inverno, tem Operação Inverno, a atenção geralmente dos governos é o atendimento clínico, pediátrico, geral e não no mosquito da dengue, no caso do inverno. Em que momento ou o que pode ser feito em Porto Alegre para poder reduzir isso? Claro que acontece em todo o Estado do Rio Grande do Sul, mas estamos muito preocupados porque nós, em Porto Alegre, estamos cercados de comunidades menos aquinhoadas, há um cinturão de pobreza no entorno de Porto Alegre e há um certo descuido também por parte da população. Qual é a estratégia que nós devemos fazer à medida que o governo reduz o servidor que pode estar na ponta ajudando a convencer o cidadão, ajudando a conscientizar e fiscalizar? Se não há aquele sistema antigo, por exemplo, de pulverização para o combate ao mosquito da dengue.

SRA. DENISE MARQUES GARCIA: Certo. A questão da dengue é uma questão preventiva e tem que ter o apoio de todas as áreas, é isso que a gente percebe. Naquela região de São José, a comunidade da Tuca, nós temos aquela questão do arroio que cruza por toda a Vila João Pessoa, e ali acaba tendo acúmulo de resíduos. Tem “n” situações que teriam que ter o apoio constante dos demais órgãos, tem que ter uma mobilização geral e, talvez, uma mobilização por parte das comunidades também, das referências religiosas do local, a questão é de

todos, a dengue é de todos. A gente teria que ver alguma forma de tentar mobilizar, sensibilizar mais ainda a comunidade, porque, mesmo com todos esses números, a gente vê que ainda segue o lixo. A questão da pulverização é muito pontual, porque aí tu vais agir só naquele local e tu vais conseguir pegar só o mosquito que está voando. As larvas, os ovos permanecem no ambiente. Então é importante ter esse olhar preventivo. Agora o período é o inverno, nós vamos ter que tomar alguma medida para que, para o ano que vem, os números sejam muito melhores. Esse número que nós vemos é equivalente a uma cidade do Nordeste, que é endêmica para a questão da dengue, foi muito forte a questão da dengue nesse local. O ano passado, foi mais a questão ali do bairro Cefer, aquela localidade, e, este ano, o foco está todo ali na Zona Leste, Vila João Pessoa e São José. Nós temos que unir forças de todos os lados, para que a gente consiga controlar essa situação, tendo até um maior rigor da questão legislativa para as pessoas que não se comprometem a fazer o que foi solicitado em notificação quanto a essa questão de todo o mundo se mobilizar como uma educação, como um todo. Mas, sem dúvida, se nós tivéssemos mais agentes de saúde, a gente também trabalharia de forma preventiva. Eu gosto muito dessa questão da Saúde da Família, aquele agente que está ali na ponta, que está indo na casa das pessoas. Ali tu vê uma saúde bem ampla e contribuis bastante para a melhoria da saúde do cidadão. A gente vai construindo, mas nós temos que pensar muito bem que o inverno vai ser estratégico para a gente melhorar essas condições que nós temos hoje.

PRÉSIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, doutora. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, presidente, colegas, pessoas que participam desta reunião; no primeiro momento, a reunião era *on-line*; depois, ela ficou presencial; ela era no Ana Terra; depois, veio para cá. Como a Casa está em reforma, a gente demora mais para chegar na sala do que para estacionar o carro na garagem. Então, justifico aqui o meu atraso, mas consegui

entender a pauta, proponente Ver.^a Lourdes, que é muito ligada nessa área. Eu gostaria de saber, de forma objetiva, sobre a questão da estrutura: os agentes de saúde quantos são? De quantos precisaria? Qual a estrutura que vocês têm? Porque o que chega nos gabinetes, no meu, por exemplo, é que não se consegue o atendimento das reclamações através do número que está à disposição dos porto-alegrenses. Então, de forma clara, o que nós podemos fazer para ajudar a Vigilância Sanitária, que é tão importante, principalmente numa época como o inverno, a trabalhar preventivamente? Eu gostaria de entender essa questão.

SRA. DENISE MARQUES GARCIA: Vereadora, essa questão de números eu não estou apropriada, porque a minha área é específica da Vigilância Sanitária. Isso teria que ver, de repente, com o novo secretário, isso eu acho que era uma pauta bem importante. O próprio relatório de gestão, ele já tem compilados esses dados. Eu vi que houve a explanação do relatório de gestão para vocês, acompanhei todo o tempo, adorei as considerações de vocês, e nós seguimos à disposição. Aquilo ali é um espelho do que foi repassado no primeiro trimestre, mas eu acho que é bem importante a gente rever esses números e ver demandas. Na verdade, todas as áreas estão bastante deficientes de recursos.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Tu sabes qual foi o último concurso?

SRA. DENISE MARQUES GARCIA: Para agentes de saúde? É que tem o agente de endemias e o agente de saúde. Teria que ver, eu não estou apropriada desse número.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada.

SRA. DENISE MARQUES GARCIA: A atenção básica é mais do que necessária, até para que a gente subsidie diversas políticas, diversos trabalhos e para que a Vigilância possa contribuir melhor.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Ana, eu vou deixá-la para o final, já que você quer fazer uma poesia sobre o meio ambiente.

Vou passar para a Rovana Bortolini, diretora de políticas e projetos de sustentabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS. Tema: mudanças climáticas em Porto Alegre; estudo de riscos e vulnerabilidades com identificação, mapeamento e análise dos riscos climáticos atuais e futuros, além dos impactos para os moradores. A partir dos resultados do estudo será construído o plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas: quais os desafios para transformar Porto Alegre em uma cidade com mais qualidade de vida.

É com você, Rovana.

SRA. ROVANA REALI BORTOLINI: Bom dia pessoal, aproveito para saudar a Mesa, autoridades, e é uma grande oportunidade de mostrar o que a gente tem elaborado no que concerne à pauta climática.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. ROVANA REALI BORTOLINI: Pessoal, eu sou arquiteta e urbanista, eu sou diretora de projetos e políticas de sustentabilidade na secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Só para a gente lembrar como Porto Alegre é uma cidade verde, e isso é muito importante no que concerne a essa pauta, nós temos 13 parques urbanos, mais de 700 praças urbanizadas, 4 unidades de conservação, e, junto ao fato de o planejamento urbano estar atrelado à pauta do meio ambiente, isso tem nos proporcionado elaborar uma série de ações.

Nós temos uma série de desafios climáticos, e a gente precisa urgentemente colocar Porto Alegre no sistema energético baseado na economia de baixo carbono e, para isso, a gente tem elaborado uma série parcerias e conseguido fundos nacionais e internacionais para implementação desses projetos, a gente precisa diversificar as fontes de financiamento para conseguir, de fato, deixar

Porto Alegre mais sustentável. O que nos baseia é a lei da política de sustentabilidade que foi elaborada, ela tem uma série de ações e a gente procura pautá-la e cumpri-la. Nós estamos em processo de revisão do Plano Diretor, e essa é uma grande oportunidade de colocar a pauta climática nessa grande lei que nos dá todos os regramentos para a cidade, porque não é previsto hoje no nosso Plano, então essa é a oportunidade que temos.

A Prefeitura tem pactuado uma série de acordos climáticos ao longo desses anos, sendo o mais importante agora o Race to Zero, nós nos pactuamos na COP26, onde nós nos comprometemos a reduzir as emissões em 50% até 2030 e zerar as emissões até 2050, o que significa que a gente tem um trabalho bem difícil para conseguir atingir essa meta, e nós estamos trabalhando nisso fortemente.

O primeiro passo foi a elaboração do Inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa para entender qual é o cenário de Porto Alegre, quais são os setores que mais emitem gases. Neste inventário a gente teve uma redução de 5% entre os anos de 2016 e 2019 justamente pelo incremento do plantio, que é uma das principais formas de capturar o gás carbônico na cidade, e ele demonstra quais são os setores que mais emitem, e a partir daí a gente consegue ter um cenário melhor para elaborar as ações. Então, nesse estudo, foram contemplados: energia estacionária, transporte de resíduos e a Agricultura, Floresta e Uso da Terra – AFOLU. E resultado apresentado, então, tendo esses anos-base, é que o transporte, sendo o privado a grande parte ali, é o maior emissor, com 67,7%; energia estacionária, com 23%, que é a energia que a gente utiliza para colocar nossos empreendimentos, prédios em funcionamento, basicamente a energia elétrica; resíduos, 8,8%, como o nosso resíduo vai para Minas do Leão, lá tem a captura do metano, esse valor é considerado, principalmente, na questão do tratamento do esgoto, dependendo do tipo de tratamento e quando é, enfim, considerado o esgoto a céu aberto, por exemplo, os arroios poluídos. Sobre o uso da terra, a gente não tem um dado relevante. Como segundo passo, então, a gente tem que elaborar o Plano de Ação Climática. Esse é um caminho que a cidade tem que dar: primeiro, faz o

inventário, tem uma noção dos seus setores, depois o Plano de Ação Climática, onde a gente vai estabelecer as metas de redução. Então, com esse Plano de Ação Climática, nós conseguimos recursos a fundo perdido, com o Climate Gap Fund, através do Banco Mundial. E o Banco Mundial, então, contratou uma consultoria, o que foi ótimo, porque é a mesma consultoria que elaborou o inventário, então a gente consegue ver a continuidade das ações. E eles já estão elaborando, já está em tratativas, a gente já está solicitando dados para todas as secretarias e entes externos. Qual é o objetivo? É elaborar um estudo de vulnerabilidade e riscos e um plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas do Município. Ou seja, num primeiro momento, é feito um relatório, com a identificação, o mapeamento e a análise que a cidade está sujeita frente aos riscos inerentes às mudanças climáticas. Ou seja, quanto mais aumentar a temperatura, quais os riscos que a cidade vai ter? Calores extremos, enchentes, proliferação de vetores. E como a gente vai adaptar o território frente a essas ameaças? Além desse estudo de riscos, vai ser elaboradas medidas concretas para redução das emissões e a mitigação dessas emissões também. Esse é um programa, enfim, que vai determinar uma série de ações, indicadores e metas para que o Município cumpra justamente para gente conseguir chegar naquela meta de zerar as emissões até 2050. Bom, enquanto o plano não fica pronto, a gente não deixa de fazer as ações, e tendo como base o inventário e os setores que mais emitem na cidade, a gente elabora as ações para que haja uma redução nessas áreas. Os três grandes setores que mais emitem: transporte, energia estacionária e resíduos. Então, eu vou apresentar agora, rapidamente, apenas algumas ações, eu não vou apresentar todas que a gente tem feito, senão, a apresentação seria bem extensa, mas as principais, só para entenderem o que a Prefeitura tem feito.

No setor de transportes, um grande passo foi a isenção da obrigatoriedade de vagas de estacionamento. A gente tem um estudo que a obrigatoriedade gera uma demanda por veículos, então a gente deixou livre. Cada edificação irá verificar qual é a demanda realmente que precisa colocar de vaga de estacionamento, não é mais obrigatório. A gente percebeu, principalmente, nas

habitações para demanda habitacional prioritária, essa medida, essa obrigatoriedade existia no plano, ela acabava por colocar essas edificações nas áreas mais periféricas da cidade, justamente por precisar de grandes áreas para colocar estacionamento, e se verificou que o estacionamento ficava vazio, mais de 50% das vagas não eram utilizadas em num momento do ano. Então, o objetivo é que a gente consiga adensar mais a cidade, consiga utilizar infraestrutura existente, consiga melhorar o uso misto, com fachadas ativas, menos garagens expostas que ficam vazias ao longo do tempo. Esse daqui é um bom exemplo do que é o nosso Plano Diretor, ele acabou por fazer, na nossa cidade, essa obrigatoriedade, que acaba degradando também a paisagem urbana, porque uma questão se realmente utiliza as vagas, outra questão é só colocar ali a vaga e não ter um uso efetivo. Então a gente quer estimular o adensamento e o transporte público com essa medida.

Porto Alegre e Curitiba foram as únicas cidades selecionadas do Brasil para receber um recurso do Google, então a gente conseguiu repassar para duas ONGs da cidade, através de um edital, duas ONGs que tivessem projetos climáticos para Porto Alegre. Então, escolhemos, em uma delas, dentro do setor de transporte, foi feito um estudo para avaliar quanto custaria eletrificar a frota de Porto Alegre. Foi feito todo um sistema de indicadores, todo o mapeamento. Foi mensurado tanto o custo para eletrificar a frota, a troca da frota, quanto custaria para, enfim, gerar essa energia e também o custo atrelado à saúde. Então esse daqui é um resultado, se a gente trocasse toda a nossa frota agora, a gente evitaria um custo de R\$ 3,7 bilhões, isso sem contar os custos atrelados à saúde e às emissões de gases. A Prefeitura, agora, tem se empenhado, porque é um custo muito alto para conseguir trocar a frota, então tem se empenhado em conseguir formas de financiamento para fazer essa troca geral, porque, realmente, ela vale, mas precisa ter esse capital.

Energia estacionária agora. Então, ainda dentro do projeto do Google Action Fund, a outra ONG elaborou um projeto no Morro da Cruz que foi muito bacana, foram colocadas placas solares em duas escolas e num CTG, e biodigestores que vão entrar no outro setor. Então aqui estão as placas. O objetivo, além da

redução, da economia de 90% na conta de luz dessas escolas é a educação ambiental, e as crianças, olhando isso, verificando como é que a gente reduz essa energia.

Um projeto que nós elaboramos também são *rooftops* sustentáveis, através de um decreto, a gente permite a utilização da cobertura das edificações. Hoje, por causa de algumas restrições do Plano Diretor, os empreendedores acabam por utilizar toda a área adensável para construir as economias e vender, então a gente tem a nossa quinta fachada das edificações, que são totalmente subutilizadas. Dessa forma a gente permite essa utilização, desde que seja sustentável; ou seja precisa ter telhado verde, placa solar, para que consiga utilizar sem contar como área adensável e precisa ser de uso condominial. O objetivo é melhorar a paisagem urbana, reter a água da chuva, que vai direto para os sistemas pluviais, e dar mais qualidade de vida. Então, acabei falando aqui quais são os benefícios que a gente tem.

Outro projeto são os terrários urbanos, que foi implementado também através de decreto, que é a utilização e gestão de espaços públicos. São negas de terrenos que não têm um potencial construtivo relevante, a Prefeitura não consegue vender, não consegue utilizar, acabam sobrando e se transformando em focos de lixo, estacionamento irregular. Então, o que a gente faz? A gente licita essa área, permite que haja exploração comercial desde que ele cuide dessa área por dez anos, que a deixe apta ao uso público como se fosse um miniparque na cidade. Acaba fazendo uma conexão com os espaços verdes, é um grão menor na cidade e ele tem que estar totalmente baseado em práticas sustentáveis. No edital tem uma tabela onde há todo um sistema de pontuação e ele tem que cumprir, porque a gente empresta aquele terreno, cobrando só um valor de outorga inicial, não é mensal, mas que ele faça a gestão desse espaço. Com o valor da outorga inicial, a gente conseguiu comprar biodigestores para colocar nas escolas municipais. Então o objetivo é melhorar a paisagem urbana, é qualidade de vida, é a utilização de materiais ecológicos e, principalmente, contribuir com a vitalidade e com a segurança urbana. Esse aqui foi o primeiro que nós licitamos, foi o projeto-piloto, na esquina da Av. Neusa Brizola com a Av.

Cel. Lucas de Oliveira, nós o inauguramos na semana retrasada. Aqui é a imagem de como era utilizado, um espaço público utilizado com um estacionamento irregular. Essa aqui foi a proposta vencedora de uma loja de açaí, aprovada lá conosco, na Diretoria, porque ele tem que ter todas essas práticas. Aqui a foto das obras. Como exemplo, ele tem flora nativa, piso drenante, captação de água da chuva, placa solar, utilização do espaço público, tem uma minirrampa de *skate* e equipamentos de ginástica, justamente para ter a ativação desse espaço.

Esse aqui foi o segundo que nós licitamos, é aqui no bairro Bonfim, na esquina da Rua Garibaldi com a Rua Irmão José Otão. Esse também era um terreno que estava totalmente subutilizado, um depósito de lixo praticamente. E essa foi a proposta vencedora, da Alegrow, que é uma loja de conveniências. Aqui são imagens de quando estava em obras. Está muito bacana, quando fomos fazer a vistoria, toda vizinhança se apropriou desse espaço, eles têm horta, eles têm telhado verde, vegetação nativa, paraciclo; é superbacana. E como o Bonfim é um bairro muito denso e os prédios não têm área de lazer, as pessoas acabaram adotando esse espaço, elas vão lá regar as plantas, pegar o chazinho da horta, então, esse é o objetivo mesmo: a utilização do espaço público.

Esse aqui é o terceiro que nós vamos licitar, que é na Av. Nilo Peçanha, também é um topo de via que é utilizado como estacionamento irregular, e esse projeto que nós elaboramos. O que a gente faz? A gente primeiro elabora, ali na diretoria, um projeto só para verificar o potencial dessa área, e depois a gente licita, não é obrigado a seguir esse projeto, ele é obrigado só a ter as práticas de sustentabilidade. Este projeto ganhou um prêmio do Ministério do Meio Ambiente, primeiro lugar como inovação na gestão pública no campo da sustentabilidade.

Então, agora o último setor – resíduos. Elaboramos decreto das hortas urbanas comunitárias, era uma demanda muito forte da comunidade para utilizar áreas de praças e parques não urbanizados, principalmente na periferia. Então, isso contribui para a subsistência das pessoas, consegue também utilizar o espaço

público de uma forma para dar qualidade de vida para as pessoas. Então, isso aqui já está acontecendo.

Ainda naquele projeto do Morro da Cruz, eles implementaram as placas solares nas escolas e biodigestores, e o biodigestor é um dos projetos mais bacanas, é o melhor exemplo de economia circular. O resíduo da merenda da escola entra nesse biodigestor, ali acontece a fermentação de resíduos e gera o gás, que volta para cozinha, onde é esquentada a merenda, e ainda, como um subproduto, ele tem um fertilizante superpotente que vai para horta da escola. Então, o valor da outorga dos terrários a gente também está transformando em biodigestores para que, em algum momento, todas as escolas sejam contempladas.

Um grande projeto em termos ainda de resíduos é que, governo após governo, se tem a intenção de despoluir o arroio Dilúvio. A gente sabe quão custosa é essa despoluição, quantos fatores interferem nisso, então a solução que encontramos foi fazer uma operação urbana consorciada para que as vendas desse potencial construtivo adicional seja revertido somente para despoluição do arroio Dilúvio e para elaboração de implementação de um parque linear nas suas orlas. A gente verificou que é uma área propícia ao maior adensamento, e ela está com muitos terrenos inutilizados. Então, seria uma forma de financiar essa despoluição. O edital está em vias de finalização para contratação de uma consultoria especializada, que vai fazer todo esse estudo econômico, jurídico, ambiental de toda essa área e verificar quanto a gente conseguiria, quanto de potencial precisa ter para gerar essa despoluição. Esse aqui foi um projeto que nós elaboramos ali na secretaria também apenas para que as pessoas entendam o que a gente quer com esse espaço, o que significa um parque linear ali, próximo à orla, um maior adensamento.

Agora englobando assim todos os setores, nós fizemos o nosso programa de premiação e certificação sustentável no final do ano passado. Ele está muito forte acontecendo, muitos empreendimentos já obtiveram uma série de selos, principalmente diamante e ouro. A gente fez uma tabela, são 43 itens que eles precisam contemplar; a gente verifica todos os itens, e o objetivo é conceder

então aos empreendimentos um selo para aqueles que adotem ações e práticas de sustentabilidade. E, a partir da certificação, como forma de incentivo, a gente vai proporcionar um incentivo fiscal, que é o IPTU sustentável, e um incentivo urbanístico, no caso dos projetos em elaboração. Por exemplo, o IPTU sustentável vai abranger os empreendimentos existentes, e o incentivo urbanístico, que é um acréscimo na altura, são os empreendimentos projetados para que, enfim, todos eles sejam contemplados.

Então, nessa tabela temos sete dimensões, o objetivo aqui é englobar todas as premissas de sustentabilidade possíveis para que a gente não foque só em algumas. Por exemplo, placa solar, a gente sabe que tem um apelo muito forte, só que não é só a placa solar que vai reduzir as emissões, que vai contribuir para a sustentabilidade na cidade. Então, dentro dessas sete dimensões, tem os 43 itens, dependendo do que conseguir de pontuação, tu consegues o selo. E o objetivo é um ciclo, quem projeta vai conseguir o selo, e quem vai morar vai manter aquelas premissas para conseguir o desconto no IPTU. E ele vale por três anos e pode ser renovado. E aí, dentro disso, tem o IPTU sustentável, que foi aprovado aqui na Câmara, ficamos muito felizes, porque ele é a parte de incentivo para as edificações existentes, para que elas se renovem e consigam ter esse benefício fiscal, que também vale por três anos, renovável, e é na diretoria também que a gente controla essa certificação. Pessoal, esses são alguns dos projetos, para não ficar muito cansativo, agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Que pena que a Ver^a Lourdes colocou tudo numa reunião só, a Dra. Denise e a Rovana poderiam explorar muito mais.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Rovana, me chamou muito a atenção, porque nós andamos muito pela cidade e conhecemos muitas áreas públicas que estão em teste, e se imagina que estão abandonadas. E agora cria uma perspectiva de poder utilizar esse espaço desde que tenha um compromisso e tal. Eu só queria que tu dissesse para nós como a população pode se organizar e chegar a SMAMUS. Nós conhecemos o caminho, mas a população em si, daí

fica aqui gravada essa orientação nesse sentido. Tem uma associação de bairro, quer utilizar parte daquela área pública, uma horta comunitária, ou para revitalização num espaço de convivência, qual caminho que a população deve tomar em termos de organização, o que o poder público precisa?

SRA. ROVANA REALE BORTOLINI: Na questão das hortas urbanas, ele já é um serviço no nosso portal de licenciamento, então, é só a comunidade entrar no sistema. Agora, nós vamos fazer uma simplificação para que possa ser por *e-mail*, para facilitar. A questão das áreas também, o que acontece? Nós mesmos acabamos não tendo todo o mapeamento. Então, se a comunidade quer nos ajudar a verificar alguma área, pode mandar *e-mail* para a diretoria, está no último eslaide, porque a gente conversa com a SMAP, que é a secretaria dos próprios municipais, a gente verifica a titularidade da área. Se uma associação de moradores quiser utilizar esses terrenos de forma sustentável, a gente consegue também através de adoção, um novo programa que estamos fazendo na diretoria também. É uma questão de conversar, mandar um *e-mail* para nós e avaliamos o terreno, verificamos o que é possível. Nosso objetivo, de fato, é utilizar todas essas negas para espaços sustentáveis.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu queria, antes da Rovana sair, parabenizar pelo trabalho que a SMAMUS tem feito. Estávamos na inauguração do terrário, muito bacana, muito bonito. Dizer que sou parceira na questão dos biodigestores, fiz doação pelas impositivas de seis biodigestores, para seis escolas, estou visitando as escolas, boa parte já está em uso, e isso é bem importante para a sustentabilidade das nossas escolas. Queria me manifestar só para dizer que realmente o trabalho que vem sendo feito é diferenciado e, com certeza, ele faz essa construção para a nossa cidade.

Com relação aos ônibus, que tu faleste na emissão de carbono e tudo mais, os ônibus elétricos. Nós fomos procurados por uma empresa, que quero levar para

conversar com vocês, porque acho bem interessante, tudo que vem para agregar é importante. Parabéns pelo trabalho que vocês vêm realizando.

SRA. ROVANA REALE BORTOLINI: Obrigada, Cláudia. A Cláudia é sempre muito parceira e atuante nessa pauta. Tudo que a gente puder trabalhar em conjunto e contribuir é muito válido para a cidade. Obrigada, Cláudia.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Sra. Patrícia Witt, chefe da Divisão de Pesquisa da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, SEMA, está com a palavra. O tema é *Animais nos Zoológicos*, trabalho de pesquisa na preservação da biodiversidade, cuidados de fauna e flora no Jardim Botânico.

SRA. PATRÍCIA WITT: Bom dia a todos. Lamento, eu não fui informada sobre apresentação, eu poderia ter feito, mas acho que fica para uma outra oportunidade. Temos em comum, com todos que falaram, assuntos de extrema relevância para a cidade de Porto Alegre. Atualmente estou à frente da Divisão de Pesquisa e Coleções científicas do Estado do RS, da SEMA, Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado, a extinta Fundação Zoobotânica, e essa instituição não faz mais a gestão do zoológico, o zoológico hoje se tornou uma nova divisão dentro da Sema. Entretanto, a extinta Fundação Zoobotânica, hoje gerida pela Sema, continua desenvolvendo o mesmo papel, que é sobre os estudos da biodiversidade no Estado do Rio Grande do Sul, subsidiando os entes de licenciamento em todo o Estado do Rio Grande do Sul, inclusive a cidade de Porto Alegre, porque nós temos áreas naturais, áreas protegidas, unidades de conservação que estão dentro de Porto Alegre e Região Metropolitana. Agora, ouvindo a Denise falar, nós trabalhamos juntas na Prefeitura, por 12 anos fui funcionária da SMAM, fui diretora da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, sempre trabalhamos muito em conjunto e sempre que quando do Estado, nós estamos extremamente à disposição. Essa questão da vigilância, a nossa divisão de pesquisa detém inúmeros especialistas em todas as áreas da biodiversidade, tanto da fauna quanto da flora. Nós identificamos espécies

importantes, por exemplo, muitos vetores nós contribuimos, a questão do escorpião amarelo, a questão da dengue, então a nossa equipe está extremamente à disposição para colaborar dentro da cidade. O Jardim Botânico está dentro de uma zona central, uma zona núcleo dentro de Porto Alegre. Nós estamos ali circundados pelo vetor e alguns casos também de dengue, muito preocupados com essa questão. Pesquisas são feitas ali dentro, armadilhas são colocadas dentro do Jardim Botânico para estudos também, a vigilância fez esse estudo ano passado ali conosco. Enfim, infelizmente eu não sabia que poderia trazer uma apresentação, mas de qualquer forma agradeço imensamente o convite, é uma pauta extremamente importante, mudanças climáticas, a saúde pública, o bem-estar animal, acho que essas questões estão muito relacionadas. Por óbvio que em tempos de aquecimento global e de mudanças climáticas, nós vamos ter uma alteração significativa em relação ao comportamento da biodiversidade, aos ambientes naturais, à proliferação de vetores e de doenças infecciosas que afetam tanto a saúde dos animais como a saúde da população humana, cada vez mais nós vamos nos deparar em relação a isso. Quem trabalha com a pesquisa sabe que a dinâmica tem sido muito grande, nós temos ido a campo e cada vez mais descoberto novas espécies, ambientes naturais extremamente ameaçados, extinção de espécies, uma mudança muito grande em relação à dinâmica da vida. Então, eu acho que a conservação da biodiversidade e o bem-estar humano estão relacionados, isso começa nas cidades, porque a gente mora nas cidades, então é importante que a gente pense nessa questão da organização e do bem-estar na cidade. Essas questões todas de saneamento estão muito relacionadas à proliferação dos vetores e isso é uma questão muito maior do que a gente fala, cada um na sua especificidade, porque isso envolve a questão das classes sociais, da forma que as pessoas estão vivendo, aquelas pessoas que têm menos condições, que vivem nos lugares onde não tem saneamento, a gente sabe que isso tem muito ainda em Porto Alegre. A margem dos cursos da água, a poluição, tudo isso tem muita relação, então nós temos aí uma grande missão pela frente, e eu acho que a divisão de pesquisa do Estado, por estar localizada dentro da capital, dentro da

cidade, tem muito a contribuir com o seu corpo técnico, e me coloco inteiramente à disposição, tenho participado de várias pautas aqui desta comissão, com assuntos diversos, e nós ficamos então aqui à disposição, enquanto Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Divisão de Pesquisa do Estado. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS: Obrigada, Patrícia, nós é que agradecemos. Só para justificar, pessoal, a saída dos vereadores – a princípio essa reunião estava marcada virtualmente, e todos tinham agendas marcadas. Eu vou permanecer até o fim. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para fazer uma pergunta.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Na verdade, não é uma pergunta, Patrícia; primeiro obrigada por estar aqui conosco. Quando me dissesse que é da Sema, eu recebi uma denúncia. Eu acho que é muito importante a gente falar porque a gente fala aqui em biodiversidade, em conservação da fauna e da flora; e eu recebi, com fotos e tudo, inclusive mandei e não tive retorno, na Estrada da Capororoca, nº 2337, Lomba do Pinheiro, está sendo instalada uma mineração, que está destruindo toda a fauna e flora do local, onde tem bugios, vários tipos de fauna e flora, e nada está sendo feito. Então, acho que é importante essa nossa reunião; quero te trazer isso, preciso da tua ajuda para que a gente possa ver como foi feita a liberação, por que é inadmissível o que está acontecendo, retira da vegetação, bem como dos animais que lá habitam, que estão sendo expulsos. Sei lá de que forma a coisa está acontecendo. Eu tenho fotos disso!

SRA. PATRÍCIA WITT: Onde é que fica?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Estrada da Capororoca, nº 2337, Lomba do Pinheiro; Mineração, Obras e Serviços LTDA – Commepp; fica em Viamão.

SRA. PATRÍCIA WITT: Em Viamão! Pode me repassar esse *e-mail*, vereadoras, porque vou ver com o setor de mineração do Estado.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Repasso as fotos... Porque, assim, a gente está falando em conservação, em preservação. E aí a gente tem uma denúncia, e nada foi feito até agora.

SRA. PATRÍCIA WITT: Mineração rochosa?

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mineração, Obras e Serviços LTDA – Commepp é o nome da empresa que está desmatando.

SRA. PATRÍCIA WITT: Quando trabalhei na Reserva Biológica do Lami recebia muita denúncia daquela região...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu tenho as fotos das máquinas trabalhando e retirando.

SRA. PATRÍCIA WITT: Vou deixar meu *e-mail*; pode me passar.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS: Obrigado. O Sr. Silvio Luiz está com a palavra, para falar sobre poluição luminosa.

SR. SILVIO LUIZ DONINELLI: Estou aqui na condição, não de representante de algum órgão oficial, mas como cidadão preocupado com uma coisa que, tenho certeza, nenhum dos senhores pensou existir: trata-se da iluminação. Tem ocorrido, ultimamente, no mundo inteiro, a troca das luminárias públicas por essas lâmpadas de LED. Estudos diversos demonstram que essas lâmpadas são extremamente danosas ao meio ambiente, ao homem, à flora e à fauna. Fui estudar acerca do tema, apesar de ser médico – essa matéria é multidisciplinar, envolve biologia, arquitetura, engenharia. O Brasil não tem legislação a respeito disso, do tipo de iluminação que deve ser colocada, exceto, parece, onde há

desova de tartarugas. Verificaram que as tartarugas, em vez de se dirigirem ao mar, depois de nascerem, se dirigiam às lâmpadas de LED, brancas, sendo capturadas por outros animais. Se os senhores forem ler sobre essa matéria, ficarão espantados. A questão principal é o seguinte: temos o chamado ciclo circadiano, a questão das 24 horas, noite e dia, com luz ou sem luz. Quando chega ao final do dia, nosso organismo percebe isso, através de algumas células visuais, leva, ao cérebro, que começa a produzir melatonina. Isso causa uma alteração fisiológica no organismo, inclusive metabólica, nos regenerando durante a noite, e pela manhã essa melatonina deixa de ser produzida, e com a luz solar nós voltamos à ativa; aí nós temos adrenalina e outras coisas mais; bom, ocorre que com a presença das lâmpadas LED, esta branca, que emite a luz branca, ela inibe esse ciclo circadiano, e isso é muito grave. Eu vou começar pelo ser humano; estudos científicos publicados em revistas americanas e outras comprovam que tem relação com o câncer de mama e o câncer de próstata. Acreditem! Essas lâmpadas LED. Para o meio ambiente, senhores, é o seguinte, eu estou vendo uma praça, eu moro na Zona Norte, na praça, colocaram lâmpadas LED; lá em cima, uma lâmpada aberta, pegando toda a praça; branca; um erro enorme. A lâmpada LED, por exemplo, colocada acima da copa da árvore, ao longo do tempo, ela vai matar a árvore. A lâmpada LED atrai insetos, doutora, e há uma dúvida se realmente, por exemplo, esse aumento de dengue que está ocorrendo, não seria por que o *Aedes* está fazendo hora extra? Ele fica acordado até de noite; essa seria uma matéria muito interessante para fazer uma investigação. Onde está incidindo mais dengue? Desde quando? Ali instalaram lâmpadas de LED? Ela não pode ser instalada lá em cima; ela tem que ser instalada bem mais baixo; e a luz indicada é a luz âmbar, amarelada. Eu não vou dizer a vermelha, porque os gremistas não gostariam, mas há um país, é impressionante, desenvolvido né, onde a praça é toda luminária com lâmpadas dessa altura, lâmpadas vermelhas; e outros, todo um litoral com lâmpadas âmbar, essa amarelada, que é mais amigável, não causa prejuízo ao meio ambiente. Quem é mais velho que nem eu, se lembra como a gente via vaga-lume quando a gente era criança, era muito comum né. Alguém vê vaga-lume na

cidade hoje em dia? Porque o vaga-lume, aquele pisca-pisca, é a fêmea atraindo o macho, e com essa poluição luminosa acabou-se o acasalamento, não temos mais, não temos mais um vagalume; vejam a repercussão no meio ambiente. O vaga-lume, por sua vez, ele é predador do cupim, ele não preda mais o cupim que está atacando a árvore, por exemplo, ou a minha casa na Zona Norte, e a luz lá de cima está matando a árvore. Eu acho esse assunto extremamente relevante. A senhora não tocou nesse assunto, a colega que esteve aqui também não tocou nesse assunto, ninguém toca nesse assunto, porque há um desconhecimento sobre essa matéria. Eu acho que nós teríamos que provocar reuniões com quem entende; chamar o pessoal ali da engenharia, da arquitetura, o pessoal da saúde, porque essa é uma questão de saúde pública; altera a questão dos peixes, que eles se comunicam por luz ultravioleta, e a incidência dessa luz liquida aquela luz ultravioleta. Então é um tema muito extenso, que eu não saberia inclusive adentrar com maior profundidade, mas a minha função, eu me senti na obrigação, e coloquei à vereadora que não está presente, a Lourdes, e disse: seja a pioneira, vamos começar a debater essa matéria, chamar os cientistas, e, às vezes, a solução é simples; coloca lá o tipo de um filtro de coloração amarelada, já resolve muito. Entendeu? Nós não podemos é continuar com essas lâmpadas iluminando por tudo, e essa lâmpada tem que ser um tipo de um abajur, ela não pode ficar espalhando luz para tudo que é lado. É um gasto, é uma agressão ao meio ambiente. Então vou ser bem sucinto. A minha presença aqui se deu pela minha cobrança interna de, como cidadão, alertar o poder público desse grave problema, no meu entendimento. Era isso aí, pessoal. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Dr. Silvio, interessante a sua fala; sabe que quando a Prefeitura aderiu a essas lâmpadas LED aí, teve uma discussão ferrenha sobre isso, que iria prejudicar principalmente a fauna, entendeu, mas venceu, fomos vencidos, houve uma discussão sobre isso que iria alterar tudo. Mas eu vou propor aqui para assessoria da Ver.^a Lourdes. Glei, eu vou propor para passares para a assessoria da vereadora, para nós puxarmos uma pauta

somente com esse assunto, porque me preocupou porque ele falou ali que não tem legislação sobre as lâmpadas LED. Então, como encaminhamento, doutor, nós vamos propor uma discussão só sobre esse tema, porque é preocupante, como o senhor colocou, e a gente tem visto isso no dia a dia.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para dizer que tem vagalume ainda onde eu moro, são pouco, mas tem. Tem muito cupim também.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Sra. Ana quer declamar um poema sobre o meio ambiente.

ANA CRISTINA DUARTE: Eu sou convidada da Ver. Lourdes Sprenger e eu faço poesias de conscientização. A pandemia me deixou poetisa, eu comecei fazendo música do coronavírus, do álcool gel, mas agora eu vi que começou a dengue e eu fiz poesia da dengue. Só que eu fiz bem no começo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Mas elas nunca me deram oportunidade de apresentar. Hoje vocês estão me dando essa oportunidade. Eu vou declamar a poesia da dengue, a dengue é muito triste. “Dengue, dengue, dengue; pessoal, vamos combater a dengue. A dengue é um perigo na sua casa, no seu vizinho e no seu amigo. Não, não, não, não deixe não, água parada não pode ficar, pois a dengue pode chegar. Seja legal e consciente, cuide da sua família, dos seus amigos e dos seus irmãos, que a dengue não entra no pátio da gente”. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado Ana. O Dr. Silvio está com a palavra.

SILVIO LUIZ DONINELLI: Eu só queria, além de parabenizar pela sua poesia, ver se alguém conseguisse colocar isso numa música, numa letra de uma música

para os jovens. Quem sabe eles se sensibilizem mais. De repente, alguém ligado à música, é só uma ideia.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Não desista. Eu quero passar para alguém da assessoria da Ver.^a Lourdes para fazer uma fala final. Pessoal, todos os temas aqui são apaixonantes. Eu sinto muito a vereadora não estar aqui e não ter diluído esses temas, mas ela terá oportunidade. Todos os temas são apaixonantes. Foi muito enxuto e a gente ficou com água na boca. Então tragam esse tema aqui, que pelo amor de Deus, à Mesa de novo O Sr. Gleí está com a palavra.

SR. GLEI SOARES: Atendendo à sua solicitação, Presidente da COSMAM, Ver. José Freitas; à Ver.^a Cláudia Araújo. Aos nossos convidados, então, nos resta agradecer pela presença. É importante a participação de vocês da ilustração de todos esses temas que têm a ver com todos nós, com o meio ambiente com a saúde dos animais e das pessoas, que é um lema da Ver.^a Lourdes, respeito às pessoas e aos animais.

E agradecer aos nossos convidados também que abrilhantaram aqui também saem mais, eu acho, engrandecidos com as informações que tivermos hoje aqui na Câmara, e à assessoria e toda técnica que também nos deu as condições de estarmos aqui hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Gleí. Então, pessoal, desejo uma boa tarde para todos, que Deus continue nos abençoando. E esta Casa está sempre à disposição de todos. Vamos continuar debatendo, grande abraço. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h25min.)